



Câmara dos Deputados

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA REQUERIMENTO Nº , DE 2013

(Do Sra. Carmen Zanotto)

*Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a implantação da Lei nº 12.550 de 2011 que “ Autoriza o Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH”.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 24, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada reunião de Audiência Pública para discutir sobre a implantação da Lei nº 12.550 de 2011, que autorizou o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, como se encontra o processo de adesão de hospitais universitários à referida Lei; quantos leitos e serviços foram ativados pelos hospitais que aderiram ao contrato e os hospitais que não aderiram, como estão enfrentando a falta de recursos humanos.

É importante que o tema seja discutido com mais profundidade, para tanto, convidamos representantes das seguintes entidades:

- 1) Representante do Ministério da Educação
- 2) Representante da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH,
- 3) Representante de hospital que tenha aderido ao contrato;

**\*E6AFB59700\***

**E6AFB59700**



Câmara dos Deputados

- 4) Representante de hospital que não tenha aderido ao contrato.

## JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011 autorizou o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, acrescentando dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848 de 1940 – Código Penal.

A EBSEH tem como competências a administração de unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A adesão dos hospitais universitários se dá através de assinatura de contrato, sendo que se tem conhecimento que três hospitais, o da Universidade de Brasília, o da Universidade Federal do Maranhão e o da Universidade do Triângulo Mineiro já aderiram.

Faz-se necessário que seja feita discussão com mais profundidade entre os membros da Comissão, representante do Ministério da Educação, representantes de hospital universitário que tenha aderido ao contrato e de hospital universitário que não tenha aderido, para que se possa saber como se encontra na prática a implantação da referida legislação.

Sala das Comissões, em      de junho de 2013.

**Deputada CARMEN ZANOTTO**  
**PPS/SC**

**\*E6AFB59700\***

**E6AFB59700**